



21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS
ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

PATRIMÔNIO PÚBLICO É NOSSO, PARTICIPE DA CIDADE: PET DIREITO UNB E O MPDFT NA AÇÃO DE EXTENSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DF¹

**BORGES, A. A.; MORENO, A. B. A.; LOPES, A. N.; REIS, C. L.; NUNES, E.C.; CONCEIÇÃO, F. M.;
PEREIRA, H. L. S.; LIMA, M. J.; CASTRO, M. E.C.; CARNEIRO, R. C. N.; CAMPOS, R. P.; OLIVEIRA,
T. V. ;RESENDE, T. A.; TEIXEIRA, É. F.²³**

Tutor(a): ÉRICA FERNANDES TEIXEIRA;
E-MAIL(S) DO(S) GRUPO(S): PETDIREITOUNB@GMAIL.COM;
EFERNANDESTEIXEIRA@GMAIL.COM

PET DIREITO UNB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o projeto extensionista realizado em parceria com Ministério Público Federal do Distrito Federal e Territórios e o PET Direito/UnB. Objetiva garantir cidadania e participação da comunidade à Defesa do Patrimônio Público e Social através de ações educacionais sobre a participação de cada indivíduo na construção coletiva de uma gestão pública percorre caminhos de incentivo a destinação de recursos oriundos de Acordos de Não Persecução Penal e Cível do MPDFT a entidades públicas de ensino que

¹ **ÁREA TEMÁTICA: CIDADANIA, CULTURA E SOCIEDADE**

² Tutora do Grupo PET Direito, Professora Associada da Faculdade de Direito, Campus Darcy Ribeiro.

³ Discentes do curso de graduação em Direito, integrantes do grupo PET Direito UnB, Universidade de Brasília - UnB, E-mail: petdireitounb@gmail.com: AMANDA AFONSO BORGES; ANA BEATRIZ ALMEIDA MORENO; ANDREIA NEVES LOPES; CAROLINA LEITE REIS; ELOISA CELES NUNES; FLAVIO DE MAGALHAES CONCEIÇÃO; HANNA LUIZA SOUZA PEREIRA; MARCELO DE JESUS LIMA; MARIA EDUARDA CASTRO DE CASTRO; RAFAEL CERQUEIRA NUNES CARNEIRO; RONAN PEREIRA CAMPOS; TAINA VIEIRA DE OLIVEIRA; THAMYRES ALVES DE RESENDE.



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
70910-900, Brasília - DF





21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS
ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

estejam habilitadas a utilização ética desses recursos de forma transparente a fiscalização e o controle de políticas públicas por unidades escolares espalhadas pelo Distrito Federal.

Palavras-chave: Cidadania; Inclusão; Democracia; Lei de cotas.

**PUBLIC HERITAGE IS OURS, PARTICIPATE IN THE CITY: PET DIREITO UNB
AND THE MPDFT IN THE EXTENSION ACTION IN PUBLIC SCHOOLS IN THE
DF**

ABSTRACT:

The aim of this work is to present the partnership project between the Federal Public Prosecutor's Office of the Federal District and PET Law/UnB. The partnership aims to guarantee citizenship and community participation in the Defence of Public and Social Assets through educational actions on the participation of each individual in the collective construction of public management. Public management is to encourage the allocation of funds from the MPDFT's Criminal and Civil Non-Prosecution Agreements to public education organizations that are qualified to use these funds ethically and transparently, and to monitor and control public policies in schools throughout the Federal District.

Keywords: Citizenship; Inclusion; Democracy; Quota Law.

1. INTRODUÇÃO

Como ponto de partida desta pesquisa, será realizada uma contextualização dos caminhos percorridos pelo projeto “Patrimônio Público Participe da Cidade”, e sua dimensão a visitas às escolas públicas do Distrito Federal. Neste contexto, reconhece que o patrimônio público da educação tem a valiosa oportunidade na promoção da formação cidadã por meio do estímulo à prática da democracia. Serão examinadas algumas dimensões da implementação do de visitas às escolas públicas, originadas do 1o concurso de vídeos que visou incentivar a aproximação dos alunos de escolas públicas com o MPDFT e com o universo universitário e seu desdobramento no concurso de redações realizado no ano de 2024 e em 2025. Tal projeto



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
70910-900, Brasília - DF





de extensão é um marco na promoção da cidadania e na defesa do patrimônio público e social. Desde o seu início em setembro de 2021, quando foi idealizado por meio da parceria entre o grupo PET Direito da Universidade de Brasília (UnB) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) vem sendo ampliado e aperfeiçoado. O projeto visa conferir maior efetividade à Defesa do Patrimônio Público e Social com diversas iniciativas, como a elaboração de materiais audiovisuais e a organização de concursos em escolas públicas, visto que busca ampliar a compreensão sobre o acesso à educação superior, estimulando o debate sobre a importância das políticas afirmativas e do controle social sobre a gestão pública.

Além disso, serão apresentadas a metodologia aplicada e os resultados alcançados através do concurso e a relevância dessa iniciativa para a formação consciente de cidadãos atuantes na sociedade. De igual destaque ainda, a importância da compreensão do papel da educação e a participação cidadã podem contribuir para a elevação do senso de justiça e igualdade. (Silva, 2022)⁴.

2. MÉTODO

O desenvolvimento do projeto “Patrimônio Público Participe da Cidade” seguiu um caminho colaborativo e focado na inclusão dos alunos, numa perspectiva dialógica. A metodologia começou com a realização de visitas à escola pública Centro de Ensino Médio Ave Branca - CEMAB, em seguida Centro de Ensino Médio 2 da Ceilândia, onde os membros do PET Direito UnB e os da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social - Prodep, promoveram rodas de conversas para aproximar os estudantes dos conceitos de cidadania e patrimônio público.

No que tange ao poder público, na ordem do Ministério Público, houve a sensibilização dos alunos sobre o seu papel e sua importância na manutenção dos serviços públicos em

⁴ Silva, C. G. (2022). *Escola pública em Democracia. Para quê?*.



funcionamento. Tão logo, o MPDFT, baseado em seus deveres constitucionais, é responsável por zelar pela ordem pública e proteção do interesse da sociedade.

Diante disso, a ideia foi criar um concurso de vídeos que motivasse os alunos a expressarem suas visões sobre o tema “O que é participar da cidade?” e, também, trabalhar a lei de cotas. Produzimos uma cartilha sobre a política de cotas nas universidades públicas, que foi utilizada na divulgação do certame. Os alunos, com o apoio de seus professores, tiveram a oportunidade de trabalhar coletivamente para criar conteúdos que conectassem suas realidades à proposta do projeto. Após a produção dos Vídeos e das redações, uma comissão avaliadora formada por membros do MPDFT e do PET Direito analisou cada produção com base na originalidade e relevância das ideias. Esse processo buscou, acima de tudo, promover um senso de pertencimento e protagonismo nos estudantes, incentivando-os a refletir sobre seu papel como cidadãos na construção de uma sociedade mais participativa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o contexto educacional, o patrimônio público se refere ao conjunto de bens, espaços e serviços disponíveis para acesso da comunidade escolar. Incluindo desde as instalações físicas das escolas até os recursos didáticos humanos e materiais pedagógicos. A compreensão do patrimônio público no ambiente escolar é essencial para promover a formação cidadã dos alunos, contribuindo para a conscientização sobre o papel de cada aluno como cidadãos ativos, conscientes e participativos no ambiente em que estão inseridos. O desenvolvimento do projeto “Participe da Cidade nas Escolas Públicas”, é o desdobramento de ações sociais realizadas nas cidades satélites do Distrito Federal com membros eixo de trabalho da promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Distrito Federal (Prodep) com os integrantes do PET Direito UnB. Ações essas que consistiram no atendimento e esclarecimento de dúvidas jurídicas e conscientização sobre acesso à justiça. A desenvoltura do projeto nas cidades e a experiência da conscientização sobre os acessos de inclusão do cidadão a rotina da sua comunidade. O próximo ponto desta colaboração aconteceu com a



implementação de mais um eixo deste projeto com o Prodep e o grupo PET Direito nas escolas públicas do DF e entorno, uma vez a comunidade escolar representa a inclusão primária na formação da cidadania de cada aluno.

Assim, a parceria com o MPDFT teve como objetivo promover a consciência cidadã, ressaltando a importância do exercício dos direitos no meio escolar. A participação ativa nas questões da cidade é um elemento essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais coesa e integrada. Por isso, o PET Direito UnB e a Prodep consideraram o ambiente escolar o espaço ideal para fomentar essa consciência coletiva e formar cidadãos engajados na proteção e defesa do patrimônio público e social.

A implementação do subprojeto nas escolas públicas do DF, se deu com visitas do grupo parceiro as escolas e com realização do concurso de vídeo que levava o título do projeto, como apresentado pela tutora do PET Direito UnB, Érica Fernandes Teixeira e os dois promotores parceiros da Prodep, dra. Lenna Nunes e o dr. Eduardo Gazzineli. Nessa senda, realizamos o 1º Concurso de vídeos “O Patrimônio Público é Nosso: Participe da Cidade”. Objetivando aproximar os alunos e as alunas de escolas públicas do Distrito Federal com o MPDFT e com o universo acadêmico. Ao publicar o edital, objetivamos a seleção e a premiação de vídeos inéditos, gravados por alunas e alunos, o que reforça o escopo inclusivo do projeto, além da divulgação da UnB como sendo um espaço plural e democrático.

Realizamos a primeira experiência dessa fase no Centro de Ensino Médio Ave Branca-Cemab, localizado na QSA 03/05, Área 1, Taguatinga/DF, com o tema “O que é participar da cidade” Após a apresentação da proposta aos alunos, cada interessado pode utilizar como base para a criação dos vídeos o conteúdo previamente abordado pelo eixo principal do projeto “O Patrimônio Público é Nosso: Participe da Cidade!”. A proposta parte do pressuposto e que a participação ativa de cada cidadão nas políticas públicas contribui para tornar a cidade mais democrática.

Como resultado, na primeira escola atendida, o Centro de Ensino Médio Ave Branca - CEMAB, os alunos produziram vídeos que refletiam suas experiências como cidadãos e sua visão de mundo, com o objetivo de, por vezes, denunciar problemas locais e sensibilizar o poder



público para as necessidades da comunidade. Por outro lado, e muito importante, tem-se o desenvolvimento do senso de participação democrática da cidade e de pertencimento do corpo social.

A avaliação dos vídeos se deu pela Comissão Julgadora, composta por membros do MPDFT e pelo PET Direito UnB. Teve-se como critérios para julgamento: a) adequação ao tema proposto; b) originalidade e criatividade; c) argumentação pertinente, suficiente e relevante. A partir dessa análise, premiou-se os alunos: Matheus Nery Walkowicz; Davi Pereira Araújo e Saeed Riffat.

Dentre os desdobramentos desse projeto, destaca-se, em seguida, a realização do 1º Concurso de Redações, realizado no ano de 2024, no Centro de Ensino Médio 2 de Ceilândia com o tema "Ações Afirmativas: Políticas de Cotas nas Universidades Públicas Federais". Seu principal objetivo foi incentivar a reflexão crítica sobre a inclusão social e democratização do ensino superior. Durante o processo, todos os alunos dos terceiros anos do ensino médio estavam inscritos. Assim, participaram de palestras interativas e receberam materiais informativos desenvolvidos pelo projeto. Destaca-se que o PET Direito e o MPDFT realizaram em parceria uma cartilha para elucidar o tema "Ações Afirmativas: Política de Cotas nas Universidades Públicas Federais", que ampliou ainda mais o impacto do projeto, garantindo que um público maior pudesse acessar informações essenciais sobre seus direitos e possibilidades de ingresso no ensino superior por meio do sistema de cotas.

O engajamento dos estudantes superou as expectativas, resultando em uma seleção criteriosa das quarenta melhores produções, que passaram por uma avaliação detalhada, considerando domínio da escrita, coerência argumentativa, interpretação do tema e respeito aos direitos humanos. Quatro dessas produções, feitas por Kauã Ribeiro Barbosa, Allan Gomes de Oliveira, Giovanna Marques Amaral e Beatriz Souza Lima, se destacaram por demonstrar um alto nível de criatividade, originalidade e uma argumentação sólida, revelando não só a habilidade técnica na escrita, mas também uma sensibilidade ímpar para abordar questões relevantes e complexas.



Essas redações excepcionais se tornaram exemplos inspiradores de excelência textual, evidenciando o comprometimento dos alunos com uma comunicação eficaz e ética, além de refletirem o potencial transformador da educação na formação de cidadãos críticos e conscientes, visto que não apenas atenderam aos critérios estabelecidos, mas também encantaram pela autenticidade e pelo impacto de suas reflexões, tornando-se verdadeiros exemplos de excelência na produção textual.

Atualmente, estamos realizando o 2º concurso de redações, também no Centro de Ensino Médio 2 de Ceilândia com o idêntico tema "Ações Afirmativas: Políticas de Cotas nas Universidades Públicas Federais", utilizando como material de referencia a cartilha produzida no bojo desse projeto pelo PET Direito e pelo MPDFT. Até o início de dezembro de 2025 alcançaremos os resultados desse certame. Segue o link de todos esses eventos:

<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/programas-e-projetos-menu/631-participe-da-cidade>

4. CONCLUSÕES

O projeto “O Patrimônio Público é nosso: participe da cidade” é fortemente comprometido com a promoção de uma sociedade democrática, nos moldes previstos em nossa Carta Magna. Com diversas atividades ainda em desenvolvimento, representa uma atividade extremamente relevante, de cunho extensionista desenvolvida pelo PET Direito UnB e pelo MPDFT. Sinteticamente, foi exposta a parceria firmada, sua proposta, com seus diversos objetivos e desdobramentos, com forte preocupação com questões sociais, a fim de atender ao compromisso institucional e social que firmamos. Os trabalhos realizados no projeto, através do envolvimento social, inclusivo e cidadão, consistem em uma tarefa instigante e de fundamental importância, até mesmo para atingir seus nobres objetivos e efetividade, ampliando-os, cada vez mais.



Consolidado e premiado o concurso de vídeo no Centro de Ensino Médio Ave Branca - CEMAB, a parceria entre as Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep/MPDFT) e o PET Direito/UnB neste ano buscou outra escola pública para engajar o projeto com mais um concurso.

Desta vez acompanhando a estrutura curricular avaliativa da Secretária de Educação do Distrito Federal, o projeto estabeleceu no Centro de Ensino Médio 02 – CEM 02, localizado na QNM 14, Setor M, Ceilândia, Distrito Federal o 1º Concurso de redações com o tema “Ações afirmativas: políticas de cotas nas universidades públicas federais”.

O objetivo trazido no projeto realizado na primeira escola parceira manteve-se, e desta vez como material de apoio aos alunos foram disponibilizados cartilhas e outros textos para a exploração dissertativa-argumentativa da temática que assegure o exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, no combate a discriminações sociais.

As etapas de avaliação do concurso de redações estão em sua fase final, onde a comissão avaliadora composta pelo grupo parceiro Prodep e PET Direito entregarão o prêmio as 4 (quatro) melhores redações dos estudantes.

A parceria frutífera entre as Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep/MPDFT) e o PET Direito/UnB estará fielmente apresentando seus trabalhos extensionistas focados em levar acesso à justiça e garantir o amplo exercício da cidadania.⁵

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos membros do grupo PET-Direito da Universidade de Brasília pela dedicação ao projeto nas escolas em toda essa jornada na pessoa da tutora e entusiasta de cada passo deste grupo, a professora Érica Fernandes Teixeira. Conjuntamente, agradecer ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT com as Promotorias de Justiça de

⁵ Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. MPDFT divulga resultado de concurso de vídeo sobre participação em políticas públicas. 2023. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2023/15404-mpdft-divulga-resultado-de-concurso-de-video-sobre-participacao-em-politicas-publicas>. Acesso em: 18 outubro. 2025.



21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS
ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

Defesa do Patrimônio Público Social – Prodep pela parceria na realização do projeto PATRIMÔNIO PÚBLICO É NOSSO, PARTICIPE DA CIDADE, em especial, aos promotores, Dra. Lenna Nunes Daher e Dr. Eduardo Gazzinelli Veloso.

6. REFERÊNCIAS

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. RBPAE-v.27, n.2,p.205-221,maio/ago.2011.P. 208.

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. MPDFT divulga resultado de concurso de vídeo sobre participação em políticas públicas. 2023. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2023/15404-mpdft-divulga-resultado-de-concurso-de-video-sobre-participacao-em-politicas-publicas>. Acesso em: 18 outubro. 2025.

Silva, C. G. (2022). Escola pública em Democracia. Para quê?. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/43942/1/artigo.pdf>. Acesso em: Acesso em: 13 outubro. 2025.



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
70910-900, Brasília - DF

